

ELEMENTOS INSTITUCIONAIS QUE DETERMINARAM A PERFORMANCE ECONÔMICA DA AGROPECUÁRIA DA

*Institutional elements that determine the economic performance
of farming in the Toledo Micro-Region in Western Paraná*

*Elementos institucionales que determinan el desempeño
económico de la agricultura en la Microrregión de Toledo, en el
Oeste de Paraná*

DOI: 10.48075/igepec.v28i2.33674

Luiz Carlos Dias
Universidade Federal do Paraná-Setor Palotina

Clério Plein
Universidade Estadual do Oeste do Paraná- *Campus* Francisco Beltrão

ELEMENTOS INSTITUCIONAIS QUE DETERMINARAM A PERFORMANCE ECONÔMICA DA AGROPECUÁRIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO NO OESTE DO PARANÁ

institutional elements that determine the economic performance of farming in the toledo micro-region in Western Paraná

elementos institucionales que determinan el desempeño económico de la agricultura en la microrregión de toledo, en el Oeste de paraná

Luiz Carlos Dias¹
Clério Plein²

Resumo: A Microrregião de Toledo situada no Oeste do Paraná é reconhecida nacionalmente pelo seu desempenho na produção, produtividade e transformação de produtos agropecuários. Por meio de análise quali-quantitativa este trabalho verifica as transformações ocorridas na estrutura produtiva da agropecuária regional através da teoria institucional de Douglass North. A teoria institucional explica em grande parte o desempenho notado. No ambiente institucional cita-se interferências como as políticas agrícolas instituídas pelo governo federal principalmente na década de 1970 e formação cultural dos colonizadores que determinaram uma base produtiva local diversificada. Com relação ao ambiente organizacional destaca-se a organização social por meio de cooperativas que atuaram como organizadores e direcionadores da produção rural, bem como, na industrialização dessa produção.

Palavras-chave: Crescimento econômico. Instituições. Microrregião de Toledo. Desenvolvimento regional.

Abstract: *The Toledo Microregion located in the west of Paraná is nationally recognized for its performance in the production, productivity and transformation of agricultural products. Through qualitative and quantitative analysis, this work verifies the transformations that occurred in the productive structure of regional agriculture through Douglass North's institutional theory. Institutional theory largely explains the noted performance. In the institutional environment, interferences such as agricultural policies instituted by the federal government mainly in the 1970s and the cultural formation of colonizers are cited, which determined a diversified local productive base. Regarding the organizational environment, social organization stands out through cooperatives that acted as organizers and drivers of rural production, as well as in the industrialization of this production.*

Keywords: *Economic growth. Institutions. Microregion of Toledo. Regional development.*

Resumen: *La Microrregión de Toledo ubicada en el oeste de Paraná es reconocida a nivel nacional por su desempeño en la producción, productividad y transformación de productos agrícolas. A través de análisis cualitativos y cuantitativos, este trabajo verifica las transformaciones ocurridas en la estructura productiva de la agricultura regional a través de la teoría institucional de Douglass North. La teoría institucional explica en gran medida el desempeño observado. En el ámbito institucional se citan interferencias como las políticas agrícolas instituidas por el gobierno federal principalmente en los años 1970 y la formación cultural de los colonizadores, que determinaron una base productiva local diversificada. En cuanto al ambiente organizacional, se destaca la organización social a través de cooperativas que actuaron como organizadoras e impulsoras de la producción rural, así como en la industrialización de esta producción.*

Palabras clave: *Crecimiento económico. Instituciones. Microrregión de Toledo. Desarrollo Regional.*

¹ Doutor em Desenvolvimento Rural Sustentável. Professor da Universidade Federal do Paraná-Setor Palotina. Palotina, Pr. E-mail: lcdias@ufpr.br

² Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável-UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon, PR. E-mail: clerio.plein@unioeste.br; clerioplein@gmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1960 se percebe a implantação de um novo modelo agrícola brasileiro. Nessa nova configuração, o Estado teve papel de destaque por meio de políticas de financiamentos rurais, incentivando a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos. A partir desse novo arranjo verifica-se uma nova dinâmica na produção agrícola que se efetiva com a estruturação das agroindústrias no Brasil (Graziano da Silva, 1996).

No entanto, conforme destaca Graziano da Silva (1980), a modernização da agricultura brasileira foi excludente em dois sentidos; em primeiro lugar, beneficiou apenas algumas regiões, sobretudo o Centro-Sul e, em segundo lugar, beneficiou algumas culturas, mormente, as voltadas a atender ao mercado externo.

Neste panorama, a Microrregião de Toledo, localizada no Oeste do Paraná, pode ser apontada como Região altamente beneficiada por este processo; além disso, trata-se de uma localidade que se inseriu neste contexto por meio da produção voltada basicamente ao mercado externo. Na atualidade essa Região conta com uma base produtiva diversificada e de forma geral integrada às grandes cadeias de produção com forte atuação das cooperativas agropecuárias tanto na comercialização de insumos para agricultura quanto na transformação e comercialização de produtos a partir das cadeias do milho, soja, suínos e aves (IPARDES, 2018).

Essa dinâmica produtiva atual da Região está estreitamente ligada à atuação do Estado em diversos momentos históricos, bem como, pela cultura e organização social das pessoas que a colonizaram. Tais aspectos são chamados por Douglass North de matriz institucional de uma localidade, a qual é responsável pelo desempenho econômico local. Neste sentido, a partir da Teoria Institucional busca-se sistematizar o desenvolvimento rural da Microrregião de Toledo.

2 – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 – O APORTE TEÓRICO DA NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL DE DOUGLASS NORTH

North destaca que a questão econômica das nações não está na melhoria tecnológica e na acumulação de capital. Está nas regras ou ajustes institucionais que estimulam ou inibem atividades nesse sentido (Gala, 2003).

Assim, North (1990) entende as instituições como as regras do jogo em uma sociedade. São procedimentos que dão forma e estruturam as relações políticas, sociais, ou econômica de uma localidade.

À medida que as instituições são as regras do jogo, os jogadores são os indivíduos e organizações que estabelecem suas escolhas quanto ao andamento do sistema. As instituições impõem restrições formais – leis e constituições – e informais – convenções e códigos de conduta autoimpostos pelos indivíduos – que fixam e dão forma ao conjunto de escolhas das pessoas (North, 1990). A partir desse entendimento, as instituições definem as atividades que podem e que não podem ser executadas; para tanto, utilizam informações contidas em alguma legislação ou estabelecidas em convenções sociais.

Quanto às organizações, North (1990) estabelece que possam ser entendidas como uma reunião de indivíduos que compartilham das mesmas finalidades. Especificamente, são órgãos políticos (partidos políticos, Câmaras, Senados, Conselhos e agências reguladoras), corpos econômicos (empresas, sindicatos, fazendas, cooperativas, associações patronais), corpos sociais (igrejas, clubes,

sociedades filantrópicas, culturais etc.) e órgãos educacionais (escolas, universidades, centros de formação profissional). Essas organizações também são compostas por restrições formais e informais constituídas pelos indivíduos participantes que compartilham de determinado objetivo.

Com relação à garantia das restrições institucionais, North cita o Estado, direitos de propriedade e ideologia.

O Estado, segundo North (1981), impõe e garante o direito de propriedade. Para isso, possui o direito exclusivo da força. A medida da eficiência do Estado no estabelecimento dos direitos de propriedade pode induzir o crescimento, determinar a estagnação ou mesmo o declínio econômico.

Com relação à concepção de Estado, North (1981) destaca duas considerações: a primeira é a teoria dos contratos que entende o Estado como responsável pela maximização da riqueza da sociedade assegurada pela eficiência dos direitos de propriedade, destacado por North (1990) como os direitos dos indivíduos de apoderar-se de seu próprio trabalho e dos bens e serviços que dispõem. A segunda se refere à teoria predatória que compreende o Estado como composto por grupos ou classes que trabalham para especificação dos direitos de propriedade para benefícios próprios.

A eficiência dos direitos de propriedades, segundo North e Thomas (1973), ocorre à medida que se torna desprezível qualquer externalidade associada a esses direitos. Assim, a eficiência das sociedades determinaria direitos de propriedades claros, de forma a conduzir ao mínimo as externalidades.

Nessa consideração, North (1981) destaca que, se o Estado fosse neutro, os direitos de propriedades seriam naturalmente eficientes, no entanto, os governantes sofrem pressões de grupos de organizações para que as regras do jogo sejam modificadas. Nessa relação, a ideologia se torna importante mecanismo de autorregulação.

Assim, North (1981) trata a ideologia como a base da formação das regras formais e informais de uma sociedade, e, portanto, tem papel fundamental no desempenho de diversas economias. Tais regras são obtidas por meio da família (socialização primária) e de outras instituições como igreja, escola etc. (socialização secundária). Nesse entendimento, a ideologia se refere a restrições institucionais enraizadas e autoimpostas pelas pessoas, ou seja, é a realidade objetiva do indivíduo, baseado em sua visão de mundo (North, 1990).

North (1981) entende que a ideologia está ligada a princípios éticos e morais, interferindo na interpretação de eventos econômicos, como a avaliação acerca do que seria uma justa distribuição de renda. Se interpretarem o sistema econômico como justo, a propensão de transgredir as regras do jogo será menor. North destaca que a base de mudança de ideologia são as percepções, assim, um indivíduo só muda suas convicções ideológicas após constatar incompatibilidade entre sua experiência e suas crenças.

2.2 – A FORMA COMO AS INSTITUIÇÕES PARTICIPAM DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE DOUGLASS NORTH

Como forma de analisar o desempenho econômico de uma sociedade, Douglass North considera a dimensão temporal; assim, abre espaço para a história na teoria econômica. Segundo North (1990), por meio da história econômica, buscam-se explicações sobre o crescimento, declínio ou estagnação econômica e da qualidade de vida dos diferentes grupos de uma sociedade ao longo do tempo. Para Gala (2003), nos conceitos de North há uma inter-relação entre a busca do progresso econômico e a busca pela compreensão da evolução das instituições que levam a esse progresso.

Dessa forma, North utiliza a ideia de *path dependence* para destacar que as instituições do presente determinam o desenvolvimento institucional do futuro, ou seja, as características das instituições e organizações que os países formaram no decorrer de sua história (North, 1993).

Nesse sentido, as análises devem verificar a estrutura da organização econômica e a relação entre a estrutura e a performance econômica. Para North (1981), a estrutura perfaz as características determinantes do desempenho econômico. São componentes básicos dessa estrutura, as instituições políticas e sociais, instituições econômicas, tecnologia, demografia e ideologia.

North (1990) reconhece que a relação entre sociedade e Estado promoverá o crescimento econômico à medida que se configurar um clima de liberdade econômica, política e social. As liberdades políticas e sociais estão atreladas a direitos de propriedade mais eficientes; além disso, a imperfeição do mercado político constituirá a base para formação de instituições ineficientes.

Neste entendimento, para que os custos de monitoramento e garantia dos direitos de propriedade sejam baixos, torna-se importante que os indivíduos tenham a mesma interpretação da realidade em que vivem, nesta relação, as garantias sociais quanto ao acesso à educação, saúde, segurança e outros são imprescindíveis.

A performance econômica para North (1990) é vista em termos da quantidade produzida, da relação entre os custos e benefícios da produção e da sua estabilidade ao longo do tempo. Dessa forma, o desenvolvimento é sustentado à medida que a taxa de crescimento do produto supera a taxa de crescimento da população e pode ser medido por índices de produção, produto *per capita* e distribuição da renda.

A análise demográfica é um fator importante na compreensão da relação entre os recursos e o crescimento populacional, a tecnologia responde pela melhor obtenção dos resultados do capital físico e humanos na utilização dos recursos e a ideologia funciona como um freio pessoal e auxilia na diminuição dos custos de monitoramento das pessoas (North, 1981).

Neste contexto, North (1990) chama atenção para a concepção dinâmica da eficiência, salienta o aprendizado e a capacidade de adaptação das pessoas em relação às mudanças do ambiente econômico como indutores do desenvolvimento. A eficiência adaptativa está atrelada à velocidade do aprendizado e à transformação dos modelos mentais que direcionam os indivíduos a adaptarem as instituições de acordo com demandas do ambiente econômico. Nesse sentido, numa perspectiva de mudança das regras do jogo, instituições mais flexíveis permitem uma dinâmica econômica mais eficiente, organizações políticas e econômicas aperfeiçoadas determinam estruturas institucionais dinâmicas que suportam choques e mudanças que fazem parte do desenvolvimento próspero (North, 1990). Numa outra perspectiva, o autor destaca que a eficiência adaptativa está atrelada também à intensidade de aproveitamento dos recursos produtivos disponíveis, melhorando o desempenho econômico.

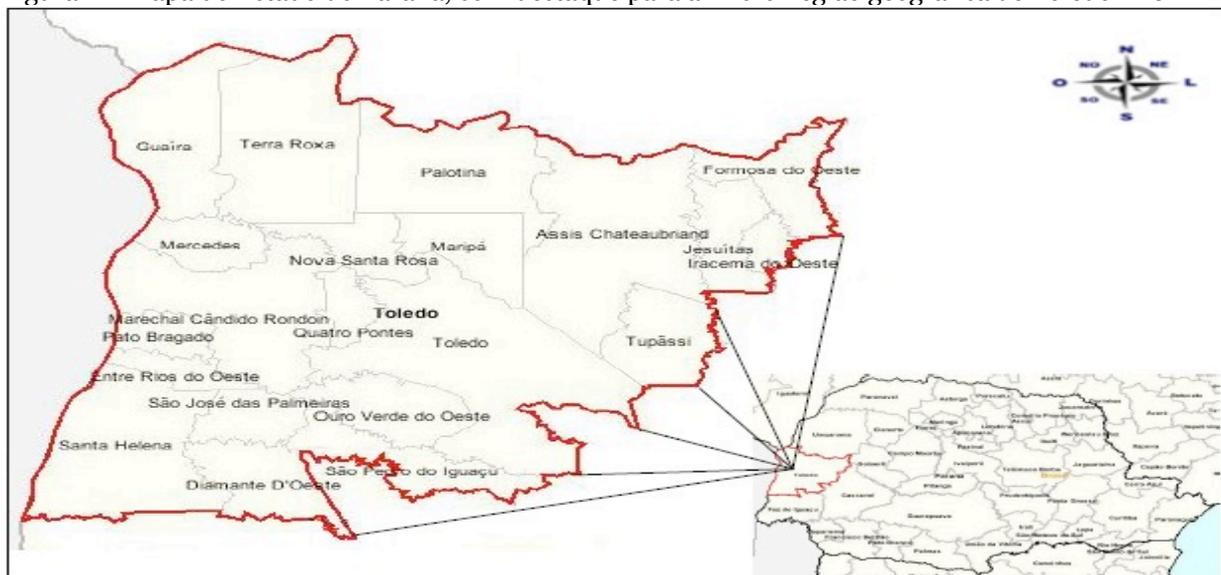
Assim, para North, a prioridade são as instituições em suas diversas abordagens, destacando os direitos de propriedade que induzem os investimentos produtivos, reduzem a incerteza futura e asseguram a retribuição aos inovadores. Essa dinâmica determina o aumento do estoque de capital e promove o conhecimento, potencializando a produtividade e, por decorrência, o desenvolvimento (North, 1994).

3 – METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento rural da Microrregião de Toledo, para tanto, serão consideradas as relações históricas, sociais, demográficas, político-institucional, econômicas e culturais da Região, assim a análise qualitativa se justifica através de pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, periódicos, artigos científicos etc. Buscando explicar a evolução produtiva e econômica foi necessário utilizar-se também da análise quantitativa, através de dados secundários. Para tanto, foi empregada a base de dados do Estado do Paraná, por meio do repositório do IPARDES, SEAB-DERAL, bem como Censos Agropecuários 1995-1996, 2006 e 2017.

A estrutura geográfica do Estado do Paraná é composta por dez Mesorregiões, dentre estas a Mesorregião Oeste, que possui uma área de 22.864.702 km², correspondendo a 11,43% da área do Estado. Por sua vez, a Microrregião de Toledo faz parte da Mesorregião Oeste, abrange uma área de 8.768.006 km², perfaz 4,38% da área territorial do Estado. A Figura 1 especifica a localização da Microrregião, bem como os municípios que a compõem.

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná, com destaque para a Microrregião geográfica de Toledo - 2012



Fonte: Alves et al., (2013); IPARDES (2024).

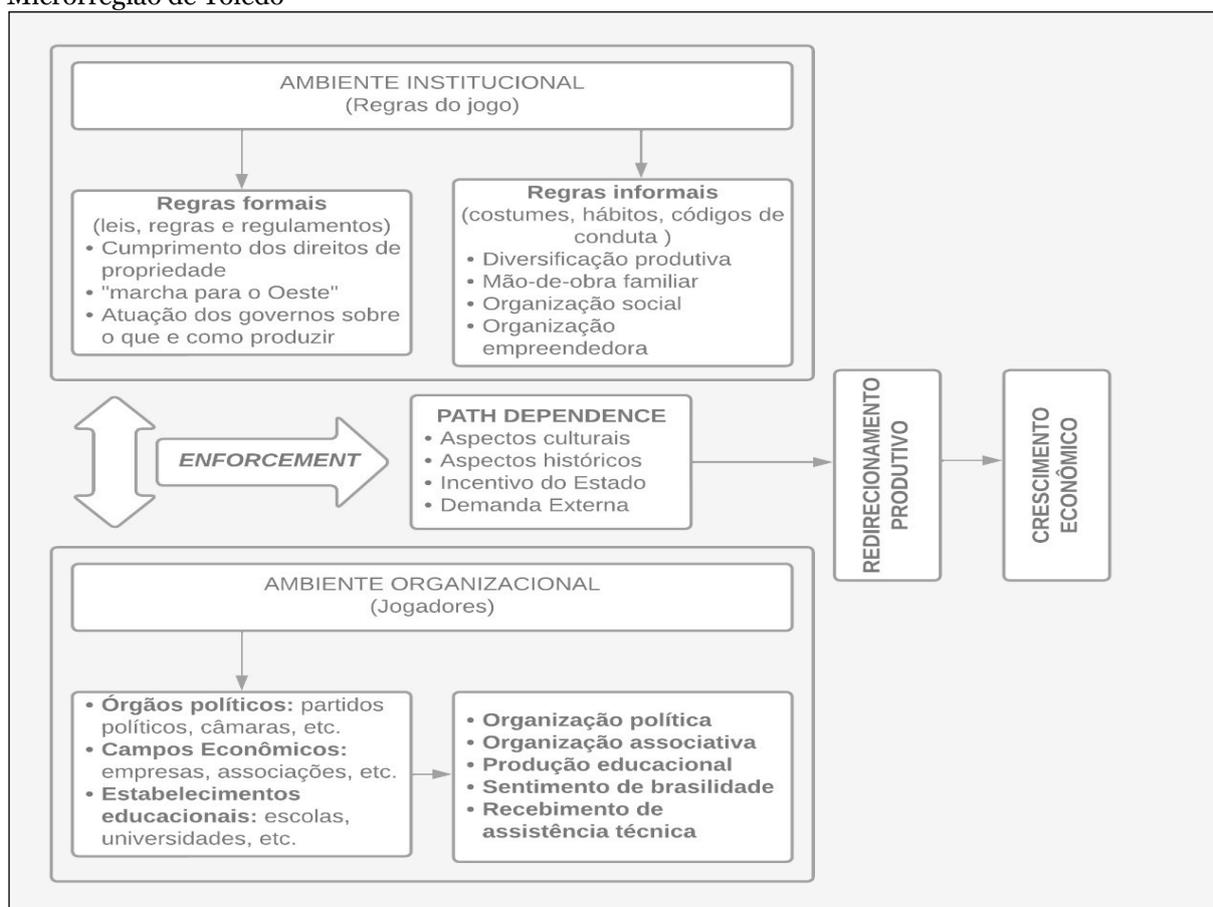
A Microrregião de Toledo é formada por 21 municípios que demonstram ter entre si características semelhantes em sua formação econômica, social e cultural. Devido à sua forma de ocupação, os estabelecimentos agropecuários são, em sua maioria, de pequeno porte, e a geração de renda a partir delas tem papel significativo para a economia local.

4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 – ELEMENTOS INSTITUCIONAIS QUE FAVORECERAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA AGROPECUÁRIA DA MICRORREGIÃO DE TOLEDO

Com base nos aportes teóricos de Douglas North, procura-se descrever, a seguir, a matriz institucional que explica o crescimento da Microrregião de Toledo. A Figura 2 expõe os principais elementos que, ao longo do tempo, de forma conjunta, contribuíram para o dinamismo da agropecuária da Região.

Figura 2 – Elementos da matriz institucional que determinaram o crescimento econômico da Microrregião de Toledo



Fonte: Elaboração dos autores.

Com base na teoria institucional considera-se que o comportamento humano está enraizado no meio social, a Figura 2 destaca as estruturas sociais vistas como componentes importantes do sistema econômico da Microrregião de Toledo. A seguir, serão analisadas as principais instituições e componentes institucionais capazes de explicar a evolução econômica percebida na Microrregião de Toledo.

4.2 – AS ORGANIZAÇÕES: COMO OS JOGADORES INFLUENCIARAM A ESTRUTURA DA REGIÃO

Uma das heranças trazidas pelos produtores rurais que colonizaram o Oeste paranaense foi a organização associativa. Em seu princípio, à medida que os produtores viabilizavam suas produções, crescia a dificuldade de armazenamento e a consequente garantia de preços melhores; essas dificuldades fizeram com que os colonos buscassem alternativas. Na defesa de seus interesses e baseados nas experiências trazidas de suas regiões de origem, o entendimento foi a criação de associações rurais.

Nesse sentido, constituição da primeira cooperativa de produtores rurais do Oeste do Paraná ocorreu em 1963, a opção pelo cooperativismo deu-se em razão de garantir ao produtor de mercadorias maior poder nas relações comerciais frente ao capital comercial. No entanto, não conseguiram êxito, devido ao baixo volume produzido, que inviabilizava o investimento, e à falta de condições financeiras para tal empreendimento (Emer, 1991).

A segunda fase do cooperativismo regional viabilizou-se pelo contexto histórico brasileiro. O Governo Federal buscava o fortalecimento da indústria nacional, com isso, havia a necessidade de aumento de oferta de matéria-prima para a transformação industrial e maior oferta de gêneros alimentícios para a crescente população urbana, bem como aumento das exportações de produtos primários para aumentar o saldo da balança comercial brasileira.

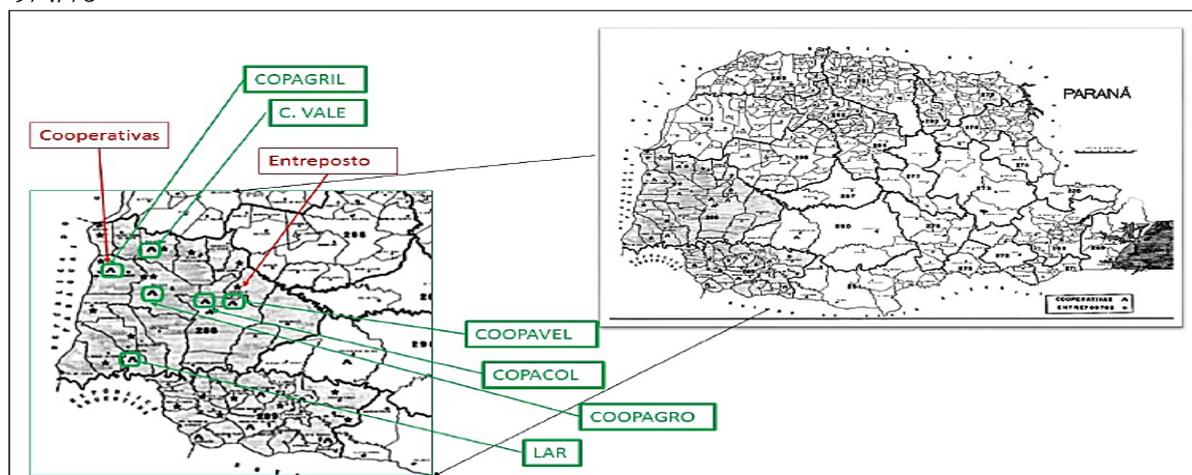
Com vistas a essas condições, houve a criação do Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC³, encampado pelo Governo do Estado do Paraná e pelo Governo Federal. O projeto ofereceu suporte à criação de cooperativas no estado e serviu de modelo para o desenvolvimento do cooperativismo agropecuário no Brasil. Entre os principais objetivos do projeto destaca-se:

O 1º Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ressalta que a estratégia de desenvolvimento agrícola se orientará no sentido de: a) desenvolver uma agricultura moderna, de base empresarial visando alcançar condições de competitividade internacional em todos os produtos agrícolas; b) modernizar as estruturas de comercialização e distribuição de produtos e insumos agropecuários (IPARDES, 1975, p. 1-2).

Dessa forma, o governo do estado foi elemento de sustentação das cooperativas e, em contrapartida, as cooperativas se tornaram instrumento de viabilização da política agrícola implantada pelo país. Para melhor compreender a espacialização do projeto, segue a Figura 3, que destaca as cooperativas da Região que o integraram.

³ Para organização e implantação de um plano integrado visando ao melhor atendimento e reestruturação das cooperativas, a coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inbra do Paraná e o Departamento de Assistência ao Cooperativismo – DAC e Assistência de Crédito e Assistência Rural do Paraná – Acarpa, em 1970, irmanaram seus esforços sob a denominação de Projeto Iguazu de Cooperativismo – PIC (IPARDES, 1975).

Figura 3 – Mapa do Estado do Paraná, destaque área do Projeto Iguaçu Cooperativista – PIC – 1974/75



Fonte: IPARDES (1975); Reis e Flores (2020, p. 220).

Assim, conforme estabelecido pelo PIC, no Oeste paranaense, as cooperativas assumiram o papel de organizadores da produção, da comercialização e da difusão tecnológica no campo. Reconhecida a importância a partir de então, as cooperativas na atualidade ainda exercem forte atuação, a partir da Tabela 1 é possível verificar que o recebimento de assistência técnica dos estabelecimentos agropecuários da Região é significativamente superior quando comparados com os números do Estado do Paraná e Brasil.

Os dados destacam que a principal origem da assistência técnica aos produtores da Região ocorreu por conta das cooperativas, com 70,90% do total recebido no ano de 2017; a segunda principal origem foi por meio da assistência própria ou dos próprios produtores, com 18,42%, seguido por Governo (Federal, Estadual ou Municipal), 14,96%, empresas integradoras, 12,43%, e outras fontes, 9,28%.

Tabela 1 – Origem da assistência técnica na Microrregião de Toledo, Estado do Paraná e Brasil nos anos de 2006 e 2017

| Localidade | Ano | Total | Governo | Própria | Cooperativas | Integradoras | Outras |
|------------|------|-----------|---------|---------|--------------|--------------|---------|
| MrToledo | 2006 | 17.874 | 1.607 | 1.669 | 11.554 | 2.544 | 3.262 |
| | 2017 | 13771 | 2.060 | 2.536 | 9.764 | 1.712 | 1.278 |
| Paraná | 2006 | 163.565 | 37.145 | 24.614 | 66.115 | 31.628 | 24.656 |
| | 2017 | 137.499 | 30.044 | 35.223 | 63.410 | 26.217 | 11.277 |
| Brasil | 2006 | 1.145.049 | 491.607 | 250.263 | 225.521 | 153.860 | 122.365 |
| | 2017 | 1.007.036 | 369.755 | 315.874 | 251.453 | 134.902 | 96.737 |

Fonte: IBGE-Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Naquela época, os objetivos da nova configuração cooperativista foram muito além da busca da autonomia da pequena produção mercantil; percebeu-se, também, uma atuação na aculturação do homem do campo, a partir de espaço nos meios de comunicação para exposição e incentivo à adoção das novas formas de produção, organização de cursos, palestras etc. com produtores rurais, para demonstrar e incentivar o uso de formas modernas de produção.

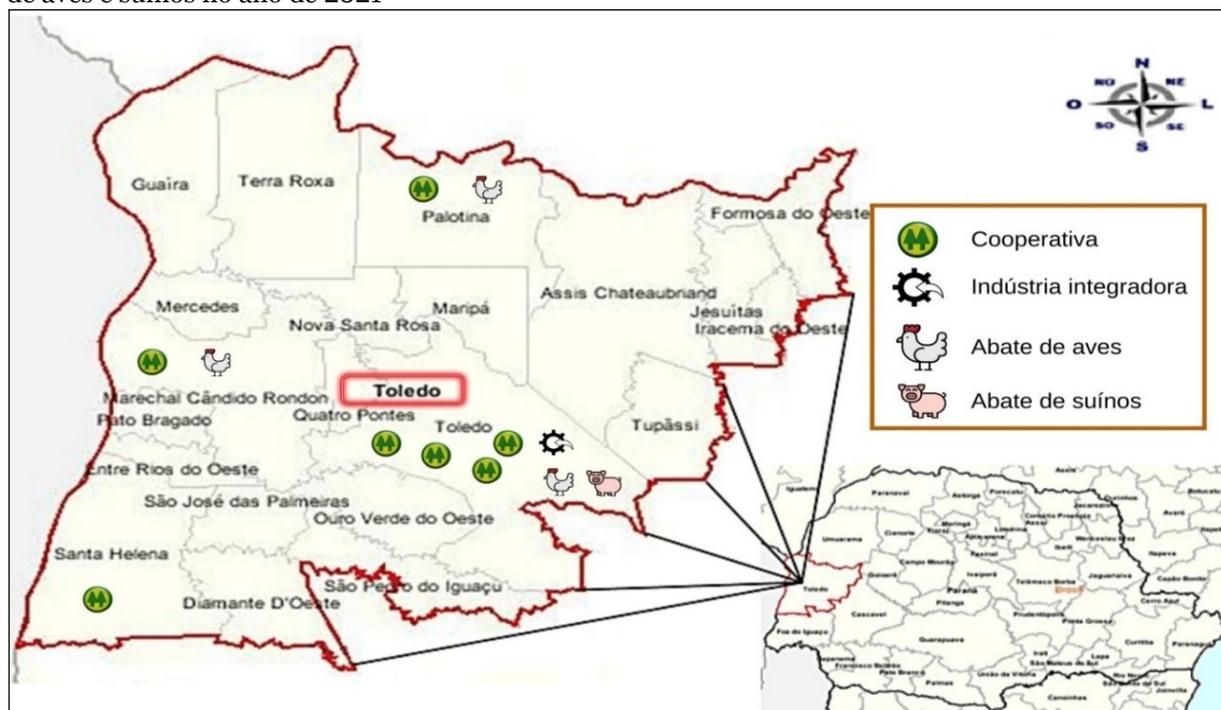
No entanto, naquela fase, mesmo considerando todo esse suporte, a atuação cooperativista não alcançou a todos com a mesma intensidade. Boa parte dos produtores não conseguiram ofertar garantias aos agentes financeiros e não obtiveram acesso a financiamentos de máquinas e insumos; aliado a isso, a pouca estrutura de armazenagem e beneficiamento das cooperativas dificultava o

recebimento de uma produção diversificada. Assim, a opção por associados se dava por aqueles que possuíam estabelecimentos agropecuários com maior estrutura produtiva e que produzissem produtos de maior aceitação no mercado. Dessa forma, a base agrícola da Região foi direcionando-se às culturas intensivas e percebe-se o início de uma diferenciação de níveis de produtividade do trabalho e da terra.

A terceira fase das cooperativas se deu a partir da década de 1980. O quadro de então era de restrição de crédito e incentivos agrícolas, e essa condição fez com que ocorressem novas reestruturações; buscando diminuir custos operacionais, houve a abertura de novos postos de recebimento de produtos, e isso abriu espaço para que novos produtores se associassem. Outra mudança se deu na verticalização da produção: iniciaram-se projetos de implantação de plantas industriais de produção de insumos para a agricultura e pecuária, produtos semimanufaturados voltados ao mercado interno e externo e produção de bens de maior valor agregado para atendimento ao consumidor final.

Nessa relação, boa parte da produção regional (principalmente soja e milho) passa a ser transformada em insumos para a própria agricultura e para a produção de suínos e aves. Com isso, as cooperativas transformaram-se em complexos agroindustriais, cuja preocupação básica passa a ser o atendimento ao mercado. A Figura 4 apresenta a localização espacial atual das cooperativas e abatedouros de suínos e aves na Microrregião de Toledo.

Figura 4 – Municípios da Microrregião de Toledo com sedes de cooperativas e indústrias com abates de aves e suínos no ano de 2021



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de OCEPAR (2021); SINDIAVIPAR (2021).

O crescimento dessas cadeias agroindustriais tem sido responsável pela elevação do PIB industrial dos municípios que localizam esses empreendimentos, bem como percebe-se que essas localidades concentram grande parte do PIB deste setor na Microrregião (IPARDES, 2021).

Procurando evidenciar a importância que as organizações cooperativas exercem no meio rural da Região, destaca-se que conforme Censo Agropecuário de 2017, em 66% dos estabelecimentos agropecuários os produtores estavam filiados a

alguma entidade de classe ou cooperativa; nota-se também um crescimento significativo na atuação como intermediários financeiro, no ano de 2006 12% dos financiamentos agrícolas foram por intermédio de cooperativas e no ano de 2017 esse número cresceu para 35%.

A relação entre o crescimento econômico das cooperativas e o crescimento dos municípios onde estão instaladas também deve ser destacado. O trabalho de Ilha, Leismann e Rippel (2011), analisou o crescimento econômico e social de cinco cooperativas do Oeste do Paraná e sua contribuição para o crescimento dos municípios onde estão sediadas. Os resultados evidenciaram relativa importância, a correlação entre a cooperativa Lar e o município de Medianeira foi positiva, no entanto fraca; a relação entre a Cvale e o município de Palotina, Coopavel e Cascavel e da Coopacol com Cafelândia foi considerada positiva moderada; por outro lado, a correlação de crescimento da Copagril com o município de Marechal Cândido Rondon foi negativa.

4.3 – OS ELEMENTOS CULTURAIS DA REGIÃO ESTABELECIDOS COMO REGRAS INFORMAIS DO JOGO

No que se refere à formação produtiva da Microrregião de Toledo, a herança cultural, principalmente dos produtores vindos do Sul do país, sempre esteve presente. A forma de produção em pequenas propriedades, a necessidade de uma diversificação produtiva para alimentar a família e o uso da mão de obra familiar são aspectos presenciados ao longo do tempo em suas origens e que permaneceram na Região.

A Tabela 2 revela que, embora com tendência de maior concentração ao longo do tempo, os dados demonstram que na Microrregião de Toledo há um cenário significativo de desconcentração da posse da terra, comparando com os índices do Estado do Paraná e Brasil.

Tabela 2 – Índice de Gini e área média Brasil, Paraná e Microrregião de Toledo, conforme Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017

| Ano | Brasil | | Paraná | | MrToledo | |
|------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | Índice de Gini | Área Média (ha) | Índice de Gini | Área Média (ha) | Índice de Gini | Área Média (ha) |
| 1995 | 0,851 | 73,08 | 0,733 | 43,12 | 0,605 | 26,82 |
| 2006 | 0,852 | 67,81 | 0,762 | 42,49 | 0,658 | 29,75 |
| 2017 | 0,849 | 70,31 | 0,785 | 48,46 | 0,691 | 38,75 |

Fonte: IBGE- Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017.

Além da busca pelo associativismo herdado de suas origens outro fato salienta o espírito empreendedor dos colonizadores da Região, à medida que os agricultores avançavam sua produção, mais excedentes geravam. Com relação à produção de suínos, os produtores rurais de Toledo, buscando superar as dificuldades de venda e transporte, reuniram seus recursos para construir um frigorífico com o intuito de transformar a matéria-prima local. O projeto não avançou devido ao alto custo de implantação, mas despertou o interesse em um grupo empresarial da cidade de Maringá, que se associou a empresários locais e fundaram o Frigorífico Pioneiro S.A. Mais tarde, o empreendimento foi adquirido pelo Grupo Sadia, que deu nova dinâmica ao negócio por meio do sistema de integração (Rippel, 1995).

Esse movimento criou bases para fortalecimento da cadeia produtiva de suínos, a Tabela 3 destaca a importância da Região na cadeia produtiva de suínos do Estado.

Tabela 3 – Abates, VBP e participação % dos principais municípios produtores de suínos de corte no ano de 2018

| Município | Abate | | VBP | |
|---------------------|-----------------|------------------|--------------|------------------|
| | Milhões cabeças | Participação (%) | Milhões R\$ | Participação (%) |
| Toledo | 1.773 | 18,94 | 656 | 18,37 |
| Mal. Cândido Rondon | 536 | 5,72 | 203 | 5,68 |
| Nova Santa Rosa | 466 | 4,97 | 172 | 4,81 |
| Castro | 388 | 4,14 | 168 | 4,67 |
| Santa Helena | 413 | 4,41 | 156 | 4,36 |
| Paraná | 9.360 | 100 | 3.571 | 100 |

Fonte: Paraná (2018, p. 38).

Entre os cinco municípios paranaenses com maior quantidade de abates, quatro encontram-se na Microrregião de Toledo. Juntos, alcançaram 34% do abate do Estado e 33% do Valor Bruto da Produção-VBP. Nessa relação, apenas o município de Toledo detém 19% do abate e 18% do VBP do Paraná.

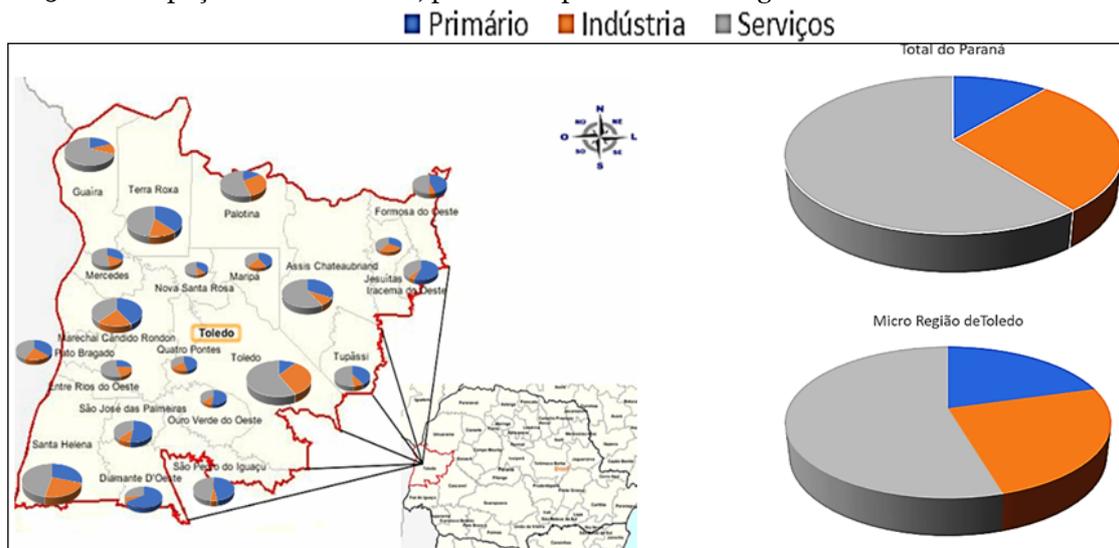
Com o passar do tempo o Grupo Sadia expandiu sua atuação com abates de bovinos e frango, fato que abriu a condição de criação do projeto de empresas comunitárias no município de Toledo, outro exemplo de iniciativa da comunidade local. O projeto surgiu com a crise financeira que o país observou na década de 1980 (especialmente no setor agrícola) e buscou a captação de recursos locais para formar empresas capazes de gerar empregos e aumentar a arrecadação do município. A ideia central era utilização de subprodutos gerados pelo frigorífico (principalmente o couro) e transformar em produtos que atenderiam principalmente à própria empresa. Entre os principais ramos empreendidos, destacaram-se o beneficiamento do couro, produção de calçados de segurança, cutelaria e produção de ferramentas e embalagens plásticas. Na cadeia de aves a Região Oeste também se destaca, segundo Paraná (2018), é responsável por 34% da produção do Estado, entre os cinco municípios com maior abate e VBP, três encontram-se na Microrregião de Toledo. Tais iniciativas colaboraram para que Toledo assumisse a posição de maior polo industrial do Oeste paranaense, a partir de 1980 (Rippel, 1995).

Essas ocorrências comprovam a estreita ligação do setor industrial da Região com a agropecuária, determinando encadeamentos produtivos para frente e para trás. Na atualidade, ressaltam-se as indústrias de processamento de carnes, produção de insumos para agricultura, produção de rações e medicamentos animais, produção de equipamentos e implementos agrícolas, entre outros.

Neste aspecto, Colla et al., (2011), analisou a distribuição econômica e populacional dos municípios do Oeste do Paraná e destaca os municípios de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo como pólos regionais e ressalta os municípios de Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Cafelândia e Palotina com uma relação urbana industrial significativa, enquanto em grande parte dos demais municípios da Região prevalece a uma base produtiva assentada num continuum urbano rural.

A Figura 5 destaca a participação de cada setor na composição do PIB dos municípios e da Microrregião de Toledo.

Figura 5 – Participação do PIB setorial, por municípios da Microrregião de Toledo em 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de IPARDES (2021).

A Figura 5 demonstra que os municípios de Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon, Palotina e Toledo se destacam economicamente, juntos, eles alcançaram uma participação de 81% do PIB industrial na Microrregião em 2018, ressalta-se que esses municípios abrigam plantas industriais ligadas ao abate e transformação de carnes de aves e suínos.

Neste sentido, o trabalho de Ferrera de Lima, Alves e Skowronski, (2006), analisou o perfil econômico-estrutural dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Oeste do Paraná. Os resultados destacaram a polarização do município de Cascavel e sua evolução para um centro de serviços enquanto Toledo como um centro de transformações. No conjunto da região de análise percebeu-se uma tendência de diversificação produtiva, enquanto a dinâmica econômica beneficiava os centros urbanos no corredor Cascavel-Toledo-Marechal Cândido Rondon. Considerando os resultados, os autores sugerem que as políticas públicas de emprego e renda devem levar em consideração as particularidades existentes na região e priorizar a economia dos municípios com dificuldades de se integrarem à dinâmica regional.

4.4 – A APLICAÇÃO DAS REGRAS FORMAIS DO JOGO

No Oeste do Paraná, a primeira ação com impacto substancial, tanto na vida das pessoas que aqui já residiam como na determinação do futuro da Região, foi a campanha instituída pelo Governo Federal na década de 1930, denominada “marcha para o oeste”, essa iniciativa buscou enaltecere o sentimento de brasilidade e a importância da Região para o país, com intuito de despertar interesse na ocupação e exploração (Wachowicz, 1988).

Com base no entendimento de que a Região Oeste se encontrava desabitada, o Governo do Estado passou a fazer distribuição de terras tidas como devolutas a empresas estrangeiras, objetivando a colonização; essa iniciativa não se fez efetiva em seu objetivo e teve que ser reavaliada. Num segundo aporte, o governo estadual passou às colonizadoras nacionais a responsabilidade de colonização.

No Oeste paranaense, por iniciativa da empresa colonizadora, foi estabelecida a divisão e venda das terras em pequenos lotes (tamanho aproximado de 24ha), bem como previu-se que cada propriedade contasse com curso de água, beneficiando o

colono que buscava um pedaço de terra para desenvolver sua atividade e garantir sua subsistência. Nessa mesma relação, a empresa priorizou a venda para agricultores gaúchos e catarinenses, os quais chegaram à Região com experiência tanto na produção agrícola como na criação de animais. Essas condições favoreceram sobremaneira o desenvolvimento local, conforme relata Rippel (2022) esta foi a última região do Estado a ser ocupada, denominada pelo censo brasileiro de 1950 como “Extremo Sertão do Oeste do Paraná”, possuía um município Foz do Iguaçu e parte de outro Laranjeiras do Sul, já, a partir de 1952 passaram a constituir a Região os municípios de Foz do Iguaçu, Cascavel, Toledo, Guaíra e Guaraniaçu. Neste aspecto, em meados desta década já se percebia uma relação produtiva regional baseada na subsistência e com relativa comercialização de excedentes nos mercados locais.

Cabe destacar a segurança jurídica ofertada pela Companhia Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S. A. – MARIPÁ, empresa colonizadora da Microrregião de Toledo. A comercialização das terras envolveu autorização da Assembleia Legislativa do Estado; dessa forma, tal negociação estava amparada por lei. Sobre a condição de venda aos colonos, a Maripá foi a única, no Oeste, que ofereceu segurança aos seus clientes quanto ao contrato de posse da terra; ao contrário de vários relatos de conflitos na época. Como exemplo, Franco e Polli (2024), cita diversas disputas de terra na região de Foz do Iguaçu colonizada pelas empresas Colonizadora Pinho e Terras Ltda., Colonizadora Gaúcha Ltda., e Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

Ainda com relação à interferência institucional, destaca-se que a década de 1970 foi marcada pela aceleração de um processo que já estava em curso, ou seja, a produção agropecuária já havia iniciado um modelo produtivista para atendimento ao mercado externo. Naquele período, percebeu-se uma forte atuação do Governo Federal para ampliar as áreas com *commodities* para exportação; para tanto, houve a disponibilização de créditos subsidiados para aquisição de máquinas, equipamentos e insumos que possibilitassem o aumento produtivo das culturas requisitadas pelo mercado (Rippel, 2005). Neste aspecto, a soja passa a ser a lavoura temporária mais importante e responsável pelo crescimento da produção agrícola, conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – Oeste paranaense – área colhida das principais culturas temporárias – variação percentual entre 1960 e 1970

| Produtos | Variação |
|----------------|----------|
| Cana-de-açúcar | 23,3 |
| Algodão | 87,5 |
| Milho | 2.118,4 |
| Arroz | 2.252,8 |
| Feijão | 2.516,8 |
| Trigo | 2.474,7 |
| Soja | 23.019,8 |

Fonte: Piffer (1997, p. 95).

Assim, neste período, verifica-se também mudança na estrutura produtiva regional; os estabelecimentos agrícolas de maior porte foram os que melhor alcançaram êxito em relação ao novo padrão produtivo, devido, sobretudo, maior facilidade de obtenção de recursos financeiros subsidiados e à estrutura produtiva condizente com a produção em escala, necessária para produção de *commodities*.

Neste sentido, o movimento percebido neste período continua refletindo na atualidade, de acordo com os dados dos Censos Agropecuários de 1995, 2006 e 2017, dos dez principais produtos da lavoura temporária, sete tiveram redução de área

acima de 80% em 2017 na comparação com o ano de 1995, conforme evidencia a Tabela 5.

Tabela 5 – Área colhida por atividade agrícola e produtos selecionados (hectares) na Microrregião de Toledo nos anos de 1995, 2006 e 2017

| | Algo dão | Amen do im | Lavouras temporárias | | | | | Milho | Soja | Trigo |
|------|-------------|------------------|----------------------|------------------------|-------------|-----------|--------------------|--------|--------|-------|
| | | | Arroz | Cana- de- açúcar | Fei- jão | Fu- mo | Man- di- oca | | | |
| 1995 | 27205 | 516 | 2292 | 809 | 5749 | 823 | 17579 | 195434 | 361609 | 76776 |
| 2006 | 239 | 636 | 128 | 130 | 2636 | 2432 | 9957 | 243088 | 385166 | 86953 |
| 2017 | 0 | 74 | 8 | 80 | 500 | 925 | 3347 | 428517 | 456508 | 14758 |

Fonte: IBGE- Censos Agropecuários de 1995-1996, 2006 e 2017.

Destaca-se o trigo (terceiro produto com maior área produtiva em 1995), com redução de 81%; o algodão, que em 1995 tinha uma abrangência de 27.205 hectares (quarto produto com maior área), em 2017, não houve área de produção; a mandioca (quinto produto com maior área em 1995), com redução de 81%, e o arroz, com queda de 99,65% em todo o período. Por outro lado, o milho e a soja já se apresentavam como produtos de maior área produtiva em 1995, tiveram aumento em todo o período; o milho teve um crescimento de 119% de área e a soja, 26,24%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de *path dependence* estabelecida por Douglass North esclarece que as características das instituições percebidas na atualidade foram forjadas ao longo do tempo, assim, considera que as sociedades se desenvolvem à medida que a matriz institucional avança, fazendo com que os investimentos produtivos sejam estimulados, favorecendo os ganhos de produtividade; nessa concepção, o desempenho econômico se torna um processo histórico.

O atual modelo produtivo da Microrregião de Toledo está ancorado na experiência produtiva dos agricultores que aqui se estabeleceram, entendidas como elementos culturais que determinaram as regras informais seguidas. Neste aspecto, cita-se a forma produtiva em pequenos estabelecimentos e uso de mão de obra familiar, características que impôs base produtiva diversificada buscando inicialmente a subsistência e, num segundo momento criação de valor através da geração de excedente. Cabe notar que tais características persistiram ao longo do tempo, haja visto que mesmo percebendo uma tendência de concentração da posse da terra na Região ao longo do tempo, os índices locais ainda se destacam quando comparado com os números do Estado do Paraná e Brasil.

Outra característica importante na agropecuária local é a atuação das cooperativas, associações de classe, sindicatos, e outros, relatado por North como ambiente organizacional, ou seja, reunião de indivíduos que compartilham das mesmas finalidades. O entendimento de união de forças com vistas a ultrapassar dificuldades comuns também é uma herança trazida pelos colonizadores de suas regiões de origem. Em seu princípio as cooperativas locais buscavam sanar problemas relacionados à armazenagem, garantia de preço e comercialização dos produtos, em momento seguinte, aliadas às políticas governamentais direcionadas a produção de *commodities* para o mercado externo tiveram papel fundamental no direcionamento da produção rural, na medida em que passaram a atuar como intermediadores de uso de novos insumos, tecnologias, máquinas e equipamentos, bem como, na industrialização do que se produz no campo.

Douglass North cita também o ambiente institucional que são as leis, normas, códigos de conduta que regem o sistema como um todo e buscam estruturar as trocas políticas, sociais e econômicas. Dentre as iniciativas governamentais que atuaram na Região cabe destacar a campanha “marcha para o oeste” que determinou o modelo de colonização da Região; o projeto de criação e estruturação das cooperativas locais e as políticas agrícolas instituídas principalmente na década de 1970 que beneficiou sobremaneira a Região através de créditos subsidiados visando a “modernização do campo”.

Ancorado neste modelo agrícola, percebe-se um redirecionamento na base produtiva regional. A condição de investimento passa a determinar o produto a ser produzido e a capacidade produtiva, assim, aliado a iniciativa das cooperativas locais na transformação destes produtos a Região se inseriu nas cadeias agroindustriais globais. Tais aspectos podem ser relacionados ao que North (1990) chama de adaptação das pessoas em relação ao ambiente econômico como indutores do desenvolvimento.

Com base neste contexto histórico, a teoria institucional de Douglass North explica em grande parte o crescimento econômico da Microrregião de Toledo. Reconhecida nacionalmente em termos de produção, produtividade e transformação de produtos agropecuários, percebe-se que características herdadas ou mesmo direcionamentos institucionais conduziram o que se produzir, a forma de produção e mesmo o mercado a ser atendido. Características efetivas ainda nos dias atuais que determinam a performance econômica local.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R.; CRUZ, L. B.; FERRERA DE LIMA, J. ; PIFFER, M. O capital social na microrregião de Toledo. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 22, p. 139-172, jan./abr. 2013.

COLLA, C.; RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R. Reestruturação da distribuição populacional e econômica do oeste do Paraná, rebatimentos empregatícios e migratórios. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 3, p. 203-221, 2011.

EMER, I. O. **Desenvolvimento Histórico do Oeste do Paraná e a Construção da Escola**. Dissertação (Mestrado), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19987>. Acesso em: 15 mar. 2021.

FERRERA DE LIMA, J.; ALVES, L. R.; SKOWRONSKI, E. R. O perfil econômico-estrutural dos municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, v. 10, n. 1, 2006.

FRANCO, C. DA R.; POLLLI, S. A. Parque Nacional do Iguaçu: entre a política de colonização da região e a de remoção de moradores. **Informe GEPEC**, v. 28, p. 25-49, 2019. DOI: 10.48075/igepec.v28i1.30949. Disponível em: <https://e- revista.unioeste.br/index.php/gepec/issue/view/1477>

GALA, P. A teoria institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, abr./jun. 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária?** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 3 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 3 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 1995-1996**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>. Acesso em: 3 abr. 2021.

ILHA, P. C.; LEISMANN, E. L.; RIPPEL, R. A contribuição socioeconômica das cooperativas agroindustriais do Oeste do Paraná. **Informe GEPEC**, v. 15, n. 1, p. 164–179, 2011.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Relação dos municípios do Estado ordenados segundo as Mesorregiões e as Microrregiões geográficas do IBGE - Paraná - 2012**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf. Acesso em: 09 jul. 2024.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Anuário estatístico do Estado do Paraná**. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/anuario_2019/index.html. Acesso em: 10 abr. 2021.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Perfil avançado das regiões geográficas** [Internet]. Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2018. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?p_conteudo=1&cod_conteudo=45. Acesso em: 12 maio 2018.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), das Regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná**. 1975.

NORTH, D. C. **Custos de Transação, Instituições e Desempenho Econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994. p. 1-25.

NORTH, D. C. **Desempenho econômico en el transcurso de los años**. Estocolmo: (s.n.), Conferência de Douglass North em Estocolmo, Suécia, 09 de dezembro de 1993. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/textos/north-nobel.htm>. Acesso em: 1 jun. 2020.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NORTH, D. C. **Structure and Change in Economic History**. New York: Norton, 1981.

NORTH, D. C.; THOMAS, R. P. **The Rise of the Western World: a new economic history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

OCEPAR - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Consulta das cooperativas do Paraná por ramos**. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/2012-03-08-14-53-53/2011-12-09-10-57-09/consulta-por-regiao>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural. **Valor Bruto da Produção Agropecuária 2018**. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/relatorioovbp2018.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

PIFFER, M. **A Dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na economia nacional**. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

REIS, M. B.; FLORES, C. R. O Projeto Iguazu de cooperativismo e a formação do cooperativismo do agronegócio: o caso da Cooperativa Agroindustrial Lar. **Caderno de Geografia**, v. 30, Número Especial 2, 2020.

RIPPEL, R. Toledo no Paraná: 75 anos de transformações econômicas e demográficas – 1946-2021. **Informe GEPEC**, v. 26, n. 3, p. 81–101, 2022. DOI: 10.48075/igepec.v26i3.29810.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: Uma análise de 1950 a 2000**. 2005. 250 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos Produtivos de um Complexo Agroindustrial: Um Estudo de Caso da FRIGOBRÁS-SADIA de Toledo e das Empresas Comunitárias**. 1995. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

SINDIAVIPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná. **Abatedouros de aves do Estado do Paraná**. Disponível em: https://sindiavipar.com.br/wpcontent/uploads/2019/03/Mapa_Sindiavipar_2018_interno.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Vicentina, 1988.

Recebido em 26/05/2024.

Aceito em 30/06/2024.